

SANTIAGO, CHILE

AB-2104  
19 março 2001  
Original: inglês

DISCURSO DA GOVERNADORA SUPLENTE INTERINA PELA NORUEGA  
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

*Ingrid Glad*

1. Desejo começar expressando os meus sinceros agradecimentos ao Governo chileno e à cidade de Santiago por serem os anfitriões desta reunião anual num ambiente cultural tão vívido. É para mim uma satisfação constatar que as relações historicamente amistosas entre a Noruega e o povo chileno entraram no ano passado numa nova era de maior cooperação cultural e econômica.
2. Hoje, em minha intervenção neste recinto, desejo inicialmente abordar alguns assuntos a respeito dos quais o Banco pediu orientação – a saber, empréstimos e setor privado – e subseqüentemente passar para questões e iniciativas mais amplas de desenvolvimento – tais como exclusão social, HIV/AIDS e financiamento para o desenvolvimento.
3. Em 2000, num ambiente de maior crescimento econômico e estabilidade macroeconômica na América Latina e no Caribe, as operações do Banco foram assinaladas por um volume de empréstimos inferior ao previsto. Resta saber se essa redução foi estrutural ou de natureza oscilante. No entanto, tem gerado debates sobre a direção estratégica do Banco.
4. A mudança de enfoque do Banco de empréstimos tradicionais de infra-estrutura para empréstimos de ajuste requer, a nosso ver, instrumentos de empréstimo mais flexíveis. De fato, muitos de nós estamos procurando novas formas de financiar o desenvolvimento. Entretanto, um financiamento mais inovador e mais flexível, proveniente da comunidade internacional, pressupõe prioridades nacionais claras e coerentes, refletidas no orçamento nacional. Há pelo menos dois grandes desafios representados por esses novos tipos de apoio financeiro. Um é a ausência de sistemas adequados de monitoramento da despesa pública em alguns países. Precisamos evitar que países com menor capacidade administrativa sejam privados da vantagem dos

instrumentos propostos. O outro desafio é formular metas de longo prazo e indicadores apropriados. Estes dois desafios precisam ser resolvidos pelos próprios governos, em estreita colaboração com as instituições financeiras internacionais e outros parceiros.

5. A Noruega apóia os esforços do BID no sentido de promover um setor privado dinâmico na América Latina, complementando – por meio de seu papel catalisador – os esforços do próprio setor privado. Por meio de reforma macroeconômica e modernização dos programas públicos, o Banco desempenha uma papel vital ajudando os países a criar um ambiente conducente ao desenvolvimento do setor privado. A nosso ver, a atual discussão sobre o aumento do teto de empréstimos diretos ao setor privado, de 5% para 10%, deve basear-se na formulação de uma estratégia abrangente para o setor privado em todo o Grupo do Banco – incluindo a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). Dada a magnitude dos fluxos de capital privado para certos países da região, questionamos o valor agregado do aumento dos empréstimos do BID ao setor privado em geral. Segundo acreditamos, se for necessário qualquer aumento no nível das operações do BID referentes ao setor privado, deverá beneficiar primordialmente os países e sub-regiões que não têm acesso aos mercados financeiros internacionais.

6. Isso me leva à recém-confirmada intenção da Noruega de fazer parte da Corporação Interamericana de Investimentos. A decisão final ainda está sujeita à aprovação parlamentar. O nosso enfoque principal será trabalhar para aumentar o impacto de desenvolvimento da Corporação. A Noruega considera importante que tanto o BID como a CII contribuam para uma maior conscientização da responsabilidade social mais ampla do setor privado, promovendo parcerias entre governo, empresas privadas e sociedade civil.

7. Permitam-me agora abordar algumas questões de desenvolvimento mencionadas anteriormente. Considerando que a maioria dos bancos de desenvolvimento, a ONU, os doadores e os países em desenvolvimento estão reorientando suas políticas no sentido da redução da pobreza, adquire suma importância conseguir um entendimento comum a respeito das causas da pobreza. Há atualmente evidência esmagadora de que o crescimento econômico é uma necessidade, porém não uma condição suficiente para a redução da pobreza. A qualidade do crescimento, inclusive seus efeitos de distribuição, requer mais atenção. Embora a América Latina e o Caribe continuem a experimentar um crescimento econômico global, quase 40% da população continuam a viver na pobreza. Conforme indicado pelo Presidente Iglesias em diversas ocasiões, isso é claramente inaceitável. Reduzir a pobreza exige coesão em todas as políticas públicas que afetam o desenvolvimento e o BID é um importante parceiro do diálogo nas áreas-chave com impacto potencialmente considerável sobre a redução da pobreza: comércio, investimento, agricultura, meio ambiente, despesas militares, gênero e HIV/AIDS, para mencionar apenas alguns.

8. Os dados limitados disponíveis demonstram que os principais fatores responsáveis pela exclusão social, pobreza e desigualdade na América Latina e no Caribe

são gênero, raça e antecedentes étnicos. Apoiamos os esforços do Banco para ampliar o diálogo regional sobre o combate à exclusão social. Esses esforços abrangem, entre outros, organização de seminários, compilação de dados e realização de pesquisas sobre questões centrais de redução da pobreza. Esperamos receber mais informações sobre os planos do BID de usar os resultados dessas iniciativas para incorporar mais plenamente as dimensões de gênero, raça e etnicidade na formulação de programas e políticas regulares.

9. Hoje, um dos obstáculos mais importantes para o desenvolvimento é o crescente problema do HIV/AIDS. De acordo com a UNAIDS, estima-se que o número de adultos e crianças infectados na América Latina se eleve a 1,4 milhão em 2000 e prevê-se que essa cifra aumente ainda mais. Atualmente, o Banco dá mais ênfase ao maior acesso ao tratamento e à prevenção da transmissão de mãe para filho. Entretanto, há necessidade urgente de outras medidas preventivas. Essas iniciativas são culturalmente sensíveis. Como principal instituição de desenvolvimento da região, o BID deve participar ativamente dos esforços multissetoriais de base ampla da comunidade internacional para prevenir a disseminação da pandemia.

10. A Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento deverá realizar-se no México no primeiro trimestre de 2002. Desejo parabenizar o país sede, a Colômbia, a CEPAL e, sem dúvida alguma, o BID pela conferência preparatória substancial e produtiva que organizaram em novembro em Bogotá.

11. A conferência preparatória representa para a ONU uma nova forma de preparar uma conferência importante. O documento principal do Secretário-Geral da ONU – um esforço cooperativo entre a ONU, o Banco Mundial, o FMI e a OMC – mostra que o hiato conceptual e cultural existente há tempo demasiadamente longo entre a ONU e as instituições financeiras multilaterais foi, em grande parte, coberto. O nosso principal pesar é o fato de a dimensão regional muito importante ter sido apresentada à Comissão Preparatória em documentos separados e não haver sido incorporada no documento principal. Considerando a importância dos bancos regionais de desenvolvimento, essas instituições não se devem limitar a co-patrocinar reuniões regionais. Aplica-se isso de modo especial ao BID, o maior provedor de financiamento para a região da América Latina. O BID deve tomar parte ativa no trabalho da Comissão Preparatória e na própria conferência.

12. Em conclusão, a Noruega espera cooperar com o Banco e com os outros acionistas na definição do futuro do Banco. É um desafio comum para nós, para a Administração e para o pessoal do Banco que o BID mantenha e até mesmo aumente o seu alto padrão atual.